

A gente tem que acreditar

“Tem que dar certo” era o autoritário **slogan** do Plano Cruzado. A equipe econômica do governo Itamar Franco recorre a um **slogan** de tom mais humilde. “A gente tem que acreditar”, responde o ministro da Fazenda, Paulo Haddad, quando lhe perguntam se não está esperando demais do ajuste fiscal que deve sair da revisão constitucional prevista para este ano. Mas não foi só no tom que as coisas mudaram nesses sete anos. Mudou, para melhor, a visão que as autoridades econômicas têm da crise.

Na entrevista ao jornalista Celso Ming, publicada na edição de ontem do **Jornal da Tarde**, o ministro Paulo Haddad recorda que, desde o Plano Cruzado, todos os programas de estabilização contiveram medidas fortes, de efeito imediato, mas deixaram de lado os grandes problemas da economia do País, que continuam sendo essencialmente os mesmos. “Lançavam-se os programas e só depois se identificavam os problemas estruturais”, resume o ministro. Desta vez, o governo quer fazer as coisas na ordem correta. Primeiro se atacam os problemas básicos, eliminando-se as causas estruturais da inflação, e só depois se procurará reduzir os índices inflacionários.

Haddad diz que a estratégia do governo consiste, em primeiro lugar, em resolver três grandes problemas: a necessidade do ajuste fiscal (equilíbrio das contas do governo), a solução do que ele chama os grandes passivos da economia brasileira (dívida dos diferentes órgãos e empresas da União, dos Estados e dos municípios, inclusive entre si, além dos rombos que se formaram em diversas áreas do governo federal) e o acerto com os credores externos. Para se ter uma idéia da dimensão da tarefa basta olhar para o tamanho desses grandes passivos: algo entre US\$ 220 bilhões e US\$ 230 bilhões, no cálculo de Haddad.

Só depois de equacionados esses três problemas o governo dará um “tranco” na inflação, mas “sem quebrar relações contratuais”, como o ministro faz questão de ressaltar. Mesmo o alongamento do perfil da dívida interna, necessário para

reduzir as pressões sobre o caixa do governo e admitido pelo ministro, seria feito por mecanismos aceitos pelo mercado financeiro.

Em outras palavras, confirmando o que já dissemos em mais de um editorial, o que Haddad chamava de medidas preliminares para a aplicação de um plano de estabilização da economia são, na realidade, o próprio plano de estabilização. “Grande parte do plano de estabilização já está acontecendo”, dizia um técnico do Ministério da Fazenda a uma repórter da **Gazeta Mercantil**, acrescentando: “Diria que 80% do plano estão em curso pela arrumação da casa. Dos 20% restantes 10% caberão ao alongamento do perfil, da dívida mobiliária e os outros 10% à quebra da inércia”.

Muitas coisas, especialmente no que se refere à estrutura das despesas do governo federal, ainda são necessárias e dependem de leis específicas ou de mudanças na Constituição.

Em resumo, isso quer dizer que, apesar do correto diagnóstico técnico do ministro e do que já se conseguiu colocar em prática, a solução de muitos dos principais problemas depende de decisões políticas, pois precisa da aprovação do Congresso. E os exemplos dados pelo Congresso não costumam ser animadores. O caso da lei do setor elétrico mostra como o Legislativo beneficia governadores que controlam grandes bancadas, à custa do Tesouro — ou seja, dos contribuintes. Na confusão em que se transformou o setor elétrico brasileiro, concessionárias devem ao governo federal, que por sua vez deve às concessionárias. Com a lei, as concessionárias devedoras terão prazo de 20 anos para saldar a dívida; já as credoras receberão, de imediato, 50% do valor do crédito. Para o Tesouro, isso implicará desembolso imediato, mas entrada lenta de recursos.

“A gente tem que acreditar”, como sugere o ministro, que outros passos serão dados no caminho do acerto do setor público. Mas, a cada decisão como essa do Congresso, a confiança diminui mais um pouco.